

Novos horizontes: a fazenda Boa Vista de Amparo

Maria Lucília Viveiros Araújo, doutoranda FFLCH-USP

Resumo. A colônia Boa Vista de Amparo — província de São Paulo — foi constituída, em 1853, exclusivamente para a produção de café. Utilizou colonos nacionais, trabalhadores a jornais e agregados e, por fim, os colonos suíço-alemães. Em 1858, a greve desses colonos prejudicou a colheita. Pretende-se demonstrar que o insucesso dessa parceria, não se deveu às relações do trabalhador livre com o trabalho escravo. João Leite de Moraes Cunha — a princípio otimista — reavaliou sua posição, sugerindo que o sistema de parceria só poderia funcionar para o Estado que podia distribuir terras. Em teoria, a parceria possibilitava liberar capitais para ampliar o número de pés de café. Na prática, o fazendeiro percebeu que muita terra e capital ficavam comprometidos com os compromissos da parceria. Apresentamos esse fazendeiro com o perfil do fazendeiro inovador do Oeste Paulista de meados do Oitocentos. Homem maduro, bem casado, herdou do sogro um plantel médio de escravos, fazenda de chá e açúcar e, principalmente, bens de capital. A história dessa família exemplifica como diferentes gerações de fazendeiros respondiam às mudanças da economia.

Palavras-chaves: colônia de parceria, expansão cafeeira, acumulação de capital e migração.

Após 1850, com a proibição da importação de escravos para o Brasil, recolocou-se para os agricultores do Oeste Paulista a questão da substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Nessa fase alguns agricultores recém-instalados optaram pelo regime de parceria com o imigrante. Os mais prósperos fazendeiros, como o Barão de Indaiatuba, mantiveram antigas propriedades com escravos e outras com imigrantes. O insucesso do regime de parceria teria falido os novos proprietários que haviam investido exclusivamente na produção em parceria.

A historiografia sobre a experiência de parceria sempre se refere ao marco inicial, a fazenda Ibicaba, e à experiência limite, a fazenda Salto Grande. Relatamos aqui a experiência da colônia Boa Vista de Amparo. Abordamos algumas questões polêmicas, tais como, a origem do capital cafeeiro, o perfil do grupo familiar dos cafeeicultores, as

migrações, as relações do trabalho escravo e livre, o fracasso do sistema da parceria, e a acumulação de capital pelo grupo cafeeiro.

Apresentamos o agricultor João Leite de Moraes Cunha com o perfil do fazendeiro do Oitocentos do Oeste Paulista. Já maduro casou-se com uma jovem com excelente dote. Essa estabilidade econômica possibilitou-lhe algumas inovações nos empreendimentos agrícolas. Optou por plantar café nas terras novas de Amparo e testar a parceria com o imigrante. Essa colônia de parceria fracassou, mas a fazenda manteve a produção de café com outras formas de trabalho. Sua fazenda foi modelo típico de organização e construção rural do Oeste Paulista da segunda metade do século (PEDROSO, 1998).

Formação do município

O município de Amparo localiza-se no Estado de São Paulo, no extremo da Serra da Mantiqueira próximo à divisa com o Estado de Minas Gerais, no vale do rio Camanducaia. A proximidade com Minas Gerais trouxe reflexos para estas terras devido à descoberta de fontes de mineração no Estado vizinho, especialmente em Campanha, Santana do Sapucahy e Ouro Fino. Já em fins do século XVIII, as terras de Mogi-Mirim divisavam com as terras de Atibaia. O município de Bragança pleiteava sua emancipação e o espaço correspondente ao atual município de Amparo. Amparo foi elevada à condição de Vila e Termo de Bragança, em 1857. Logo, em 1865, Amparo foi elevada à condição de Cidade. No início, a região praticava a agricultura de subsistência (LIMA, 92). Por volta de 1850, o café chegou em busca de terras novas, ocupando o espaço de outras culturas e das matas nativas. Começaram então as correntes migratórias. De início, alguns fazendeiros introduziram as experiências com colônias de parceria, deslocando legiões de europeus para a lavoura do café. Campinas introduzira as novidades e seu progresso contaminava as cidades vizinhas.

Amparo atingiu seu ápice econômico em 1870, tornando-se um próspero município produtor de café. Com a ferrovia acelerou-se o fluxo migratório e a região multiplicou sua população atraindo investimentos novos, diversificando a economia e gerando um princípio de industrialização. A crise de 1929 paralisou esse progresso.

Colônias de parceria

A inflação no custo do solo veio beneficiar cidades menores cujas terras ainda se mantinham intocadas e a preços convidativos. Com o fim do tráfico, e conseqüente aumento do preço do escravo, os cafeicultores experimentaram formas de substituição da mão-de-obra escrava. Em 1847, foi implantado em Limeira, fazenda Ibicaba, um sistema de parceria com o auxílio do governo imperial. A experiência foi abandonada porque a empresa do senador Campos Vergueiro responsabilizou-se pela vinda de oitenta famílias européias e não ofereceu condições satisfatórias.

Pelo contrato, o colono tinha a passagem custeada e adiantamentos para as despesas necessárias a sua subsistência até poder sustentar-se com o trabalho. Esta dívida era solidariamente assumida pela família e paga com juros de 6%. Na fazenda, cada família recebia a porção de cafeeiros que tivesse condições de cultivar, colher e beneficiar, sendo-lhe facultado plantar mantimentos em locais previamente estabelecidos para consumo próprio e para venda, cabendo, neste último caso, metade ao fazendeiro, muitos fazendeiros abriram mão deste artigo. Após a venda do café, cabia ao colono metade do rendimento líquido cujo montante apenas o proprietário tinha conhecimento. Ficava o rendimento dos parceiros à mercê de oscilações freqüentes. O colono era de certa forma propriedade temporária do fazendeiro. Nos anos sessenta, foi modificado o contrato padrão da companhia Vergueiro. O pagamento passou a ser a um preço fixo no fim da colheita, com

reajuste anual. Passou-se, também, a admitir o colono em outros serviços da fazenda, fora da plantação. Esas tarefas eram pagas por salário.

A colônia Saltinho, de Campinas, de Joaquim Bonifácio do Amaral, Barão de Indaiatuba, manteve seus contratos de quatro anos, alterando o contrato Vergueiro. O fazendeiro atribuía seu sucesso por cuidar pessoalmente da vinda de colonos europeus para sua propriedade. Desde 1859, ele se pronunciara negativamente sobre os trabalhadores nacionais. Em 1874, esse proprietário foi autorizado a importar e estabelecer até mil colonos em suas fazendas. A seguir, em 1878, houve uma revolta na sua colônia da Fazenda Salto Grande, em Amparo (BASSETTO, 1982).

Grupo familiar

João Leite de Moraes Cunha casou-se em Campinas, em 1848, com Angela Penelope. Sua esposa herdara nesse ano 66:924\$137 do inventário do pai (AHCMU, 1848). Bem mais que os 20:000\$000 do dote de Domiciana, filha de Luciano José de Almeida das fortunas de Bananal (CASTRO, 1995). Angela Penelope era natural de Cuiabá, filha de Brandina Eudoxia. Em 1833 fora herdeira da mãe, sua legítima foi de aproximadamente 12:000\$000. Seu pai, Antônio Luís Patrício da Silva Manso era nascido em São Paulo, tendo residido e falecido em Campinas. Fora cirurgião-mor, a seguir deputado por Cuiabá. Seu inventário totalizou 133:848\$274. Compunha-se, entre outros tipos de bens, de 53 escravos e do sítio Castelos avaliado em 10:000\$000, com plantação de chá e engenho de açúcar. Angela Penelope era neta do mestre-pintor José Patrício da Silva Manso, natural de Minas Gerais. O pintor trabalhara em Itu e São Paulo, havia acabado de comprar um sítio, na vila de São Carlos (Campinas), quando faleceu em 1801 (ARAÚJO, 1997).

Na família de Angela Penelope não havia tradição de proprietários de terra. Antônio Luís Patrício fora cirurgião, cientista, político e, por fim, investira parte de seu capital em terras de Campinas. Durante sua vida acumulara capital principalmente por certo tino para investimentos. Parece-me que Antônio Luís fora preparado intelectualmente pelo tio, o padre Silvério Caetano da Silva. O cirurgião lia várias línguas, defendeu tese de ciências médicas e acumulou importante biblioteca em sete idiomas. A família caracterizou-se pelo nomadismo. Todos circulavam segundo as tendências da economia: cada geração nascia, vivia e morria em lugares diferentes. Angela Penelope nasceu em Cuiabá (sua avó, Angela Maria, lá vivera na época da mineração). Após a morte da mãe, Angela retornou com o pai, Antônio Luís, para Campinas. Com o casamento, Angela mudou-se para Amparo. Todos os casamentos da família eram exogâmicos. A escolha dos parceiros ocorria principalmente entre a vizinhança.

João Leite de Moraes Cunha era natural de Campinas. Filho de João Leite de Moraes e Ubaldina da Cunha Paes Leme. Seu pai possuía um engenho, com cinco escravos, no bairro de Sete Quedas, Campinas. João Leite faleceu em 1818, deixando quatro filhos pequenos. Filho do segundo casamento, João L.M. Cunha herdou um pequeno legado de 275\$763. Em 1837, por morte de sua mãe, recebeu a legítima de 1:500\$000 e mais 1:500\$000 por disposição testamentária. Herdeiro aos vinte anos, deve ter continuado na região de Campinas, e oito anos depois comprou as terras de Amparo. Os inventários indicam que sua família tendia permanecer morando nas vilas vizinhas.

João L. M. Cunha casou aos trinta e um anos com Angela de dezenove. O dote da esposa era composto principalmente de títulos do tesouro, jóias, dinheiro, dívidas ativas e escravos. Isto é, o fazendeiro tinha outros esquemas para a produção de café, podendo, portanto, superar o fracasso inicial da colônia Boa Vista. A família de João Leite de

Moraes Cunha reproduzia os tradicionais padrões de casamento dos antigos fazendeiros paulistas. Sua irmã casou-se com o tio. Seu pai casara-se duas vezes com mulheres de sobrenome Cunha, e seu padrasto era Leite, seriam exemplos típicos de casamentos endogâmicos e, ao contrário da família da sua esposa, eram ligados à agricultura.

A fazenda

O sítio Boa Vista foi comprado, em 1847, da viúva de João Lopes Camargo, acrescido dos pastos comprados, em 1845, por João Leite de Moraes Cunha. A colônia Boa Vista foi fundada em 1853. Lá viviam 21 colonos brasileiros, quando chegou a primeira leva de 69 suíços-alemães em 1855. Em 1856, no primeiro relatório sobre a colônia, o proprietário estava otimista, parecia-lhe que o empreendimento fora acertado.

“... que a colonia estabelecida em minhas terras espero tirar bão resultado dellas (...) eu sigo só hum q. he de parceria, que acho ser bão (...) sistemas adotado he de parceria em café” (AESP, Ofício 1856)

No mapa da colônia, enviado em 1858, são discriminadas 14 famílias de suíços-alemães, totalizando 77 indivíduos. O grupo era formado por 4 famílias de sobrenome Babler, 4 de sobrenome Marti, 3 de sobrenome Stauffacher, uma de Blumer, uma de Hemerli, uma de Baumgaertner e do viúvo Maurer (proveniente de outra colônia). Quatro cabeças de família declaram-se pedreiros, outros quatro sapateiros e dois eram marceneiros. Em vários documentos, os fazendeiros reclamavam da procedência desses colonos. A maioria dos colonos era das cidades, muitos exerciam ofícios artesanais, emigravam na esperança de conseguir terras.

Os documentos municipais indicam que a fazenda Boa Vista era das mais produtivas de Amparo. Na “relação dos principais estabelecimentos agrícolas do município da villa do Amparo dos cafés colhidos durante 1858 a 1860” somaram um total de 108.000

arrobas de café. Sendo que a propriedade de Cordeiro e Irmão, com 19.000 arrobas de café, ficava em primeiro lugar e a propriedade de João Leite de Moraes Cunha, com 15.000 arrobas de café, ficava em terceiro lugar. Entretanto, no relatório de 1859, do delegado Matias Antonio da Fonseca Morato, João Leite de Moraes Cunha e o Dr. Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, da colônia São Joaquim, ambos demonstravam que estavam pessimistas com os resultados dos seus estabelecimentos. Sentiam que o sistema de parceria não compensava, pois exigia altos investimentos e muito risco. Calculavam o valor da terra, os serviços de plantação dos pés de café, sua manutenção por quatro anos, os jornais para as construções das casas dos colonos, somado ao desestímulo dos colonos, tudo isso resultava em prejuízo. Achavam que só o governo podia estabelecer colônias com sucesso, pois dispunha de terras para oferecer e vantagens no transporte.

João Leite informava que a colônia Boa Vista ocupava uma área com 31.000 pés de café. Os colonos só cultivam a parte do terreno ocupado com a plantação de café e não toda a propriedade. O fazendeiro havia designado outros lugares para as lavouras de subsistência. As casas eram construídas em taipa de pilão, ou madeira, cobertas de telhas ou palha. O estabelecimento era unicamente de cultura de café. A exportação anual do café era de 1.900 arrobas, avaliados em 5:100\$000 réis. Parece que a produção de café da fazenda Boa Vista ocupava terras descontínuas e com outras formas de exploração. Em certa passagem, o delegado se refere a partes trabalhadas por fazendeiros e seus agregados, mas que não se podiam considerar colônias. A diferença entre as 1.900 arrobas anuais de café da colônia e as 7.500 arrobas de café exportado pelo fazendeiro — arroladas no relatório do município de Amparo — deviam ser da produção das outras formas de trabalho da fazenda (AESP, relatório 1859).

O Dr. Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda era bacharel, recém-formado pela Faculdade de Direito de São Francisco. Vinha de uma tradicional família de militares da capital. Em 1853, o advogado estabeleceu-se em Amparo, onde fundou a colônia São Joaquim. Foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Amparo. Compôs a colônia com 28 brasileiros, 74 portugueses e 2 franceses. Chegou a constituir 30.000 pés de café. Em 1860, o fazendeiro declarou falência de sua colônia (CAMARGO, 1969). Nota-se na bibliografia sobre colônias de parceria certa confusão entre os fatos e seus sujeitos. Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, afirma que algumas colônias caíram em rápido declínio como a Laranjal, de Campinas ou a de Boa Vista, em Amparo. Na realidade, o historiador está se referindo à fazenda São Joaquim, em Amparo, de Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda (HOLANDA, 1941, p.32).

Em 1860, o ministro, Barão João Tiago von Tschudi, representante do governo da Confederação Helvética, visitou a fazenda Boa Vista para estudar o problema do imigrante suíço no Brasil. O ministro comentou os incidentes de 1858, quando os colonos, após serem repreendidos pelo proprietário, por terem apanhado bagas verdes e maduras, abandonaram a colheita e deixaram que se perdesse toda a safra. O cônsul observou que o proprietário, ao avaliar os estragos para débito dos colonos, exagerara nos números. O delegado Matias Antônio havia refeito contas e contratos e acreditava que o incidente fora superado. Tschudi comentava que João Leite não pretendia continuar com o sistema de parceria. O cônsul localizou os cafezais da fazenda Boa Vista plantados em declive na região mais alta da província. Os cafezais não recebiam sol por igual, por isso os frutos amadureciam desordenadamente. Região muito fria, mas de paisagem inesquecível. Descreveu a casa sede da fazenda com as características da atual sede da fazenda (TSCHUDI, 1953).

A fazenda Boa Vista pertence hoje à família Lacerda de Camargo. A primeira casa acomoda-se num corte do terreno e posiciona-se frontalmente à tulha, abaixo do terreno escalonado. A casa primitiva guarda seu aspecto rústico com cunhais de madeira, uma verdadeira gaiola, e fechamento em taipa, com paredes de pouca espessura protegidas pelo beiral largo. Característica das sedes de fazenda da região em meados do século XIX. (PEDROSO, 1998)

Entre 1860 e 1864, João Leite de Moraes Cunha assinou vários ofícios como membro da Câmara local. Sendo que, em 1863, assinou como Presidente da Câmara. (AESP, Ofícios, 1832-70). Em 1876, João L. M. Cunha assinou uma procuração no Cartório de Campinas, iria viajar para o estrangeiro com seu filho, Olympio Leite de Moraes. Olympio estudou em Bruxelas e lá se casou em 1882. Essa geração de agricultores seria mais cosmopolita, procurando conhecer os centros econômicos e culturais da Europa. Até 1886, no inventário de Olympio, foi relacionado o café, as terras do sítio Boa Vista e sua casa de morada em reforma. (CDFPAAA, 1886).

O inventário de João Leite de Moraes Cunha de 1878 avaliou a produção de café do sítio Boa Vista. A família morava, então, no bairro de Areia Branca onde adquirira terras. João Leite possuía, também, terras em Botucatu, uma sociedade agrícola com seu genro (Carvalho & Cunha) para produção de café no sítio Siqueira, setenta e cinco escravos e uma olaria. Seu monte-mor foi de 253:359\$998, cabendo a cada um dos sete filhos 16:767\$482 (CDFPAAA, 1878). Capital muito inferior ao que João L. M. Cunha iniciou seu casamento, mesmo sem contar a desvalorização da moeda.

Os inventários mostram, também, alguns de seus filhos eram casados com famílias de sobrenomes italianos, pois já eram outros os padrões de casamento. Angela Penelope de Moraes morreu em 1891. Seu inventário indica que a família ainda era produtora de café,

mas de proporções discretas. Apresentou o monte-mor de 185:835\$650, representando 20:000\$000 da safra do café, 33:000\$000 em ações e outros bens.(CDFPAAA, 1891).

Considerações finais

A colônia Boa Vista não apresentou a maioria dos problemas de outras colônias, isto é, nenhum relatório citou as relações com o trabalho escravo. Os motivos centrais da desilusão de colonos e fazendeiro foram a inadequação dos colonos ao ritmo intenso dos trabalhos agrícolas — a maioria provinha de profissões urbanas — e à desconfiança dos colonos nas contas apresentadas pelo administrador.

A fazenda não faliu com o fracasso do sistema de parceria. Coexistiam outras formas de contrato de serviços na propriedade, logo o fim da parceria não interrompeu a produção de café na fazenda Boa Vista.

A história da família de João L. M. Cunha demonstra como eram fundamentais os arranjos familiares para manter certa estabilidade e a propriedade da terra entre as novas gerações. O fato de o fazendeiro ter tido sete filhos, não ter conseguido substituir com sucesso os escravos pelos assalariados, ter diversificado menos seus investimentos parece ter estacionado sua riqueza. No entanto, podemos concluir também que seus empreendimentos foram modestos em relação à riqueza herdada do sogro, mas foi um fazendeiro bem sucedido se considerarmos a legítima recebida do pai.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *O mestre-pintor José Patrício da Silva Manso e a pintura paulistana do Setecentos*. SP, 1997. Dissertação (Mestrado) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- ARQUIVO DO ESTADO de São Paulo (AESP). Colônias, 1827-1858. Ordem 7213, caixa 2. Bragança: Ofício enviado a Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, 1856. AESP.

- Colônias, 1827-1869. Ordem 7212, caixa 1. Bragança: Mapa da colônia Boa Vista de 1858. Relatório de 1858 assinado pelo delegado Matias Antonio da Fonseca Morato. AESP. Amparo, Ofícios diversos, 1832-70. Ordem 795, Caixa 1. Relação dos principais estabelecimentos agrícolas do município da villa do Amparo dos cafés colhidos durante 1858 a 1860.
- ARQUIVO HISTÓRICO do Centro de Memória UNICAMP (AHCMU). 1818, inventário de João Leite de Moraes Cunha, 1º Ofício, cx 17, proc 472. 1838, testamento de Ubaldina da Cunha, 1º Ofício, cx 534, proc 9750. 1837, inventário de Ubaldina Cunha, 1º Ofício, cx 77, proc 1862. 1876, doação de João L.M.Cunha, 2º Ofício, cx 89, proc 1532.
- BASSETTO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia do oeste paulista (período de transição)*. SP: 1982. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CAMARGO, Aureo de Almeida. *Efemérides amparenses*. SP:Clássico-científica, 1969.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNORR, Eduardo (org.). *Resgate uma janela para o Oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.
- CENTRO de documentação da Faculdade Plínio Augusto do Amaral de Amparo: (CDFPAAA). 1878, Inventário de João Leite de Moraes Cunha, 2º Ofício, cx 41.1886, Inventário de Olympio Leite de Moraes, 1º Ofício, cx. 76. 1891, inventário de Angela Penelope de Moraes, 1º Ofício., cx 6.
- COSTA, Emilia Viotti. Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências. *Anais do simpósio de professores da Universidade de História*. Faculdade de Filosofia Universidade do Paraná. Curitiba, 1962.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil 1850*. SP: Martins; USP, 1941.
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *Transformação urbana de Amparo*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Campinas.
- PEDROSO, Marialice Faria. *Arquitetura das fazendas de café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930*. Campinas, SP, 1998. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Campinas.
- TSCHUDI, João Tiago von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo [viagem de 1866-69]*. Trad. Afonso de E. Taunay. SP: Martins, 1953.